

Descentralização, Desconcentração e Regionalização – O Estudo

No âmbito das funções que desempenho atualmente, tive a ocasião de assistir à recente apresentação do estudo “O que pensam os portugueses da Descentralização, Desconcentração e Regionalização” da responsabilidade de Pedro Adão e Silva e Isabel Flores (IPPS-ISCTE).

Muito interessantes as conclusões, que resultaram de uma consulta telefónica de mais de 3000 entrevistas, e que gostaria de aqui partilhar convosco.

No âmbito do municipalismo, aponta-se para uma confiança moderada no Poder Local, sendo as autarquias quem mais se preocupa com as pessoas e uma elevada satisfação dos serviços prestados ao nível municipal. Curiosamente, é no Alentejo onde uma menor proporção dos inquiridos entende que o seu município melhorou nos últimos 4 anos...

No que ao processo de descentralização diz respeito, existe, em geral, grande desconhecimento, mas reconhecem-se as autarquias como melhores destinatárias para um incremento de atribuição de novas competências, dado que possuem melhores condições para a implementação de políticas.

A regionalização é encarada como um processo que merece ser reaberto. Será, de acordo com os entrevistados, através de um novo referendo para a tomada de decisão, que o caminho deverá ser feito. Neste domínio, relativamente às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) entende-se que o Presidente deve ser escolhido por eleição direta.

Num quadro de maior estabilidade política, e com a chamada Reforma do Estado como pano de fundo, não se pode ignorar da necessidade em procurar cada vez maior eficácia das políticas públicas que têm, necessariamente, que estar mais próximas das pessoas e como objetivo principal de melhorarem a vida das várias populações.

Estar a adiar decisões fundamentais para o futuro do País, que começam a ser uma exigência pública, terá impacto muito negativo no nosso futuro próximo enquanto comunidade nacional.

A Descentralização, em termos gerais, é uma medida fundamental de defesa do nosso regime democrático, porquanto pressupõe maior proximidade, maior eficácia e maior participação.

Saibamos ter a necessária audácia para assumir que, numa altura que comemoramos os 40 anos de adesão à CEE, se deve procurar continuar o caminho que foi desenvolvido nos Municípios, desde 1976, com a descentralização de maiores responsabilidades e competências, aproximando serviços e decisões das pessoas, porque melhor são conseguidas e melhores efeitos são obtidos...

A Reforma do Estado passará, mais tarde ou mais cedo, pela decisão política em adotar o modelo de autarquias regionais. Vários passos foram dados no início desse processo com a concentração de muitas competências (sobretudo nas áreas da Agricultura e Cultura, Ordenamento do Território, etc.) e reestruturação/extinção de serviços (DR Agricultura e DR Cultura) com a concentração, com óbvias vantagens, nas CCDR. Também os titulares dos respetivos cargos (Presidente e Vice-Presidentes) têm agora uma designação mais “democrática” e participativa, designadamente com o envolvimento de eleitos locais e Conselho Regional

É fundamental continuar a aprofundar este caminho, porquanto significa isto maior proximidade com os cidadãos, melhor gestão dos recursos públicos, dois pilares fundamentais para a promoção da Democracia e do regime representativo em que vivemos.

É também assim que se reforça o papel do Estado, que não é uma entidade abstrata, mas sim um meio maior de satisfação das necessidades da comunidade, e aquele de forma única, direta e estruturada procura a coesão e reforço do território nacional!